



Reverendo outros conceitos: uma análise voltada à praieira pelos estudos de E. P. Thompson e Evaldo Cabral de Mello

Alexsandro Ribeiro¹

Resumo:

A presente pesquisa tem o objetivo de debater os assuntos pautados à classe de trabalhadores da sociedade recifense na época da revolta praieira, e de tentar compreender o cotidiano de alguns grupos sociais que lutavam em prol de uma ascensão social. O trabalho é baseado nas teorias de Evaldo Cabral de Mello, focando o livro *A Outra Independência*, e em E.P. Thompson na sua obra *Costumes em Comum*. O primeiro relata que se sobressaia vários Pernambucos no princípio imperial brasileiro, cada um deles defendendo divergentes interesses e um ordenamento político que melhor os garantissem, o segundo discute os problemas da classe operária inglesa, onde os trabalhadores tinham uma identidade e interesses entre si e contra os seus dirigentes, características semelhantes aos trabalhadores recifenses em meados do século XIX. Dentre as referências bibliográficas pode-se destacar, Marcus de Carvalho, Amaro Quintas, Bruno Câmara, entre outros. Por conseguinte, este trabalho vem colaborar com as pesquisas sobre a história regional, ressaltando os métodos e alocações políticas, buscando relacionar o valor dos processos históricos por meio de diferentes enfoques sociais que corroboram com a visualização do panorama praieiro, que foi o derradeiro conflito político relacionado aos movimentos políticos e sociais iniciados com a independência nacional.

O historiador que trabalha a insurreição² praieira se defronta com inúmeras temáticas. A aversão ao estrangeiro, os “conflitos” de partidos políticos em periódicos e o desemprego na província pernambucana são alguns exemplos dos diferentes enfoques que podem ser tratados no caso praieiro. Entre alguns desses acontecimentos, os embates acontecidos nos engenhos da zona da mata de Pernambuco antecipam a insurreição na visão de Marcus de Carvalho³.

¹ Graduado em História na Universidade de Pernambuco no ano de 2008. Pós-Graduado na Universidade Federal Rural de Pernambuco na Área de Ensino de História em 2009. Atualmente é graduando do Curso de Ciências Políticas com Ênfase em Relações Internacionais na Universidade Federal de Pernambuco e graduando no Curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo na Faculdade Maurício de Nassau. Ensina no colégio e curso Especial de Piedade, em Jaboatão dos Guararapes e no Colégio Radier, no Recife. E-mail: alexribeiro2@gmail.com

²Devido às diversas nomenclaturas que a praieira é tratada (revolta, revolução, motim) o artigo exposto vai se remeter ao termo insurreição para não se confundir nos meios lingüísticos.

³A dissertação “*A guerra do Moraes – A luta dos senhores de engenho na praieira*” do historiador Marcus Joaquim Maciel de Carvalho defende que a insurreição praieira começou nos embates entre os senhores de engenho na luta pela posse de armas de delegados e subdelegados da província pernambucana.



Inspirados na precocidade da insurreição pelos últimos acontecimentos da província pernambucana, o trabalho de Evaldo Cabral de Mello — *A Outra Independência* — pode ser incorporado nessa linha de pensamento, entendendo a política da região, desde a independência até o episódio praieiro. Por conseguinte, o trabalho de E. P. Thompson sobre o costume do “povo” ajuda no entendimento da mentalidade dos grupos sociais menos favorecidos.

Para Evaldo o rio-centrismo influenciou na tentativa da autonomia das províncias no começo do século XIX. Mostrou-se que de fato o Brasil não era unido. A idéia das províncias era desconstruir essa “união provincial”. Bahia e Pernambuco eram privilegiadas nessas articulações, graças inclusive as suas respectivas posições na economia de exportação e as receitas de suas alfândegas⁴.

Com a chegada da família real, a coroa ficou mais atenciosa aos negócios provinciais, diminuindo a autonomia das elites locais. O imposto sobre o algodão e a contribuição para a reconstrução de Portugal aumentou a insatisfação dos colonos.

Nessa época Recife era uma das províncias mais ricas do império gerando consideráveis superávits comerciais. Não é a toa que a região ficou insatisfeita com o seu escanteamento das decisões políticas-administrativas do Brasil.

O episódio de dezessete foi uma consequência das atitudes da coroa portuguesa. Evento que não durou muito tempo pelas divergências políticas entre os pernambucanos, fato que já aconteciam naquela época:

(...) militarmente, Dezessete foi liquidado “pelos próprios elementos conservadores e até populares da capitania”, por tal devendo-se entender os senhores de engenho da mata meridional, seus clientes e aderentes, os mesmos que o deão da Sé de Olinda designava por “sevandijas do sul”, equiparados na sua condenação aos “escravos do norte”, isto é, os cearenses, que, salvo no Crato, haviam repudiado o movimento. Em vão o governo do Recife tentou ganhar apoio da população da mata sul ou ao menos imunizá-la contra a influencia dos que chamava de “aristocratas insensatos” que só tratavam de defender “seus velhos e carunchosos pergaminhos”⁵

Nos anos 20, já no governo de Gervásio Pires, os princípios liberais estavam mais fortalecidos. Com a permanência de D. Pedro I no poder os processos de emancipação política do Brasil já eram iminentes, e com ela crescia a aversão ao estrangeiro. Mesmo com tentativas de reconciliação de Gervásio, nativistas e portugueses chegaram as vias de fato Os portugueses sofreram fortes repressões

⁴ MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824* / Evaldo Cabral de Mello. —São Paulo: Ed.34, 2004. Pág. 13

⁵ _____ Pág. 55



com casas comerciais apedrejadas e saqueadas. Estes então foram insultados, atacados e assassinados em Olinda e em vilas da mata norte, por bandos armados que, ao cair da tarde, ocupavam ruas e praças, desferindo cacetadas a torto e direito⁶.

Gervásio preferia adotar a idéia de um império constitucional luso-brasileiro do que um governo monárquico brasileiro. Esta postura rendeu ao presidente da província severas críticas, principalmente dos políticos da ala mais radical dos liberais. A quem diga que era tudo uma manobra bem planejada, que por trás dessas atitudes Gervásio simpatizava com a idéia republicana.

Com a deposição de Gervásio da cena política pernambucana, a coroa portuguesa fortaleceu os laços econômicos com a província no governo dos matutos. Este governo foi composto apenas de senhores de engenho. Havia descrença a essa junta pela inexperiência política e o sinônimo de atraso que a população urbana dava aos “matutos”, de modo que mesmo um sapateiro do Recife dava-se ao desplante de gritar, nas barbas dos vogais, que “fossem pregar no mato porque cá tinha gente mais capaz de governar”⁷.

A junta dos matutos teve problemas com o governador das armas Pedro Pedroso. Este tentou substituir a junta por uma de sua confiança, denunciando o governo como republicano e ateu. Pedro foi perseguido e preso. Sendo reprimido, relatou ao imperador que a junta tinha planos federalistas⁸. Com essas denúncias o que se viu foram os matutos desmoralizados que arrastaram resistência até dezembro de [1823](#) quando renunciaram. Enfrentavam de um lado a oposição dos antigos gervasistas reunidos ao redor do intendente da Marinha Manuel de Carvalho Pais de Andrade e de [Cipriano Barata](#), que regressara das Cortes de Lisboa; do outro, as pressões do Rio de Janeiro, que exigia de Pernambuco as quantias mensais do tempo do rei e ainda mais dois milhões, equivalentes às remessas feitas para Portugal após a partida do rei.

A palavra república ainda soava no mosaico político pernambucano. Qualquer discussão entre a província e a corte podia soar como uma atitude imprudente e republicana pelo imperador. Com a autoridade de D. Pedro I ilegítima pela constituição de 1824, ficava implícito que já não se lhe dava obediência, embora à

⁶ _____ Pág. 74

⁷ _____ Pág. 114

⁸ _____ Pág. 128



proclamação não se referisse expressamente ao direito de separação das provinciais⁹.

Francisco Pais Barreto iria ser reconhecido pelo imperador como presidente de Pernambuco, mas Manuel de Carvalho Pais de Andrade, que governava a província provisoriamente, recebia apoio de várias pessoas influentes da região. Os exaltados davam por favas contadas que a tropa e o povo lutariam até o último homem pela permanência de Carvalho, mercê do apoio ao movimento¹⁰.

Carvalho tomou algumas atitudes extremas como a expulsão em massa dos portugueses, sem excetuar os casados¹¹. A tensão entre o norte agrário e o império¹² se acentuava, para alguns a divisão era inevitável¹³. Para Evaldo, o movimento de Vinte e Quatro não queria acabar com a constituição monárquica, estavam só contra as idéias do Imperador. E ainda ninguém queria saber da república, pelo menos era o que as elites revoltantes queriam mostrar.

Após o desfecho de Vinte e Quatro o coronel Francisco de Lima e Silva, presidente da comissão militar que procedeu aos julgamentos dos “rebeldes” (e que também era pai do futuro Duque de Caxias), admitiu que os chamados carvalhistas houvessem aproveitado do “gás inflamável que existe nessa província”, onde “a mania revolucionária” era “moléstia endêmica”¹⁴.

Muitos pernambucanos não queriam ser submissos ao Rio de Janeiro. Muitos radicais preferiam até a volta dos portugueses a se submeter a “corja” sulista. Parece que no caso de Vinte e Quatro a coroa subestimara mais uma vez os eventos que aconteceram em Pernambuco.

Muitos homens da Confederação do Equador participaram de Dezesete. E o desfecho foi quase o mesmo. Em ambas as ocasiões, o Recife achou-se submetido ao bloqueio naval e atacado por terra a partir de Alagoas. Como em Dezesete, em Vinte e Quatro a mata úmida cooperou com a marcha do exército imperial¹⁵.

⁹ _____ Pág 194

¹⁰ _____ Pág. 198

¹¹ _____ Pág. 201

¹² Referência a outro livro de Evaldo sobre o tratamento político e econômico que o norte do Brasil recebia do império. Ver: MELLO, Evaldo Cabral de O [Norte Agrário e o Império](#), - Rio e Janeiro. [Topbooks](#) – 1999

¹³ MELLO, Evaldo Cabral de. A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824 / Evaldo Cabral de Mello. —São Paulo: Ed.34, 2004. Pág. 205

¹⁴ _____ Pág. 226

¹⁵ _____ Pág. 233



Sobressai-se nessas linhas expostas sobre o pensamento de Evaldo que existiram vários Pernambucos no princípio imperial brasileiro, cada um deles defendendo divergentes interesses e um ordenamento político que melhor os garantissem, com Suassunas, Carvalhistas, Gervasistas, e logo depois os Cavalcantis lutando pelo poder. .

O leitor pode estar se perguntando o porquê desse relato histórico de Pernambuco até a época da praia. Uma das justificativas pode ser dada com uma resposta do próprio Evaldo “O historiador relata que a elite política pernambucana, mesmo dividida, continuará a ser olhada de esquelha no Rio até os primeiros decênios do Segundo Reinado”¹⁶.

Esse “resgate” é uma tentativa de mostrar que a visão de Evaldo explica o fervor político na época da Praia, mas, o trabalho do autor é mais focado no jogo político da “elite”. Na insurreição praieira se evidencia a participação das massas nos embates pernambucanos. Não que essas pessoas possam ter participado dos outros acontecimentos como a revolução de 1817¹⁷, a confederação de 1824, a cabanada, mas, diferentes grupos sociais já se “acostumavam” politicamente com esses episódios. Por conseguinte, a correlação do trabalho de Thompson serve para atingir novos rumos no evento praieiro.

Algumas camadas da população deram apoio aos políticos liberais praieiros. Trabalhadores especializados e funcionários públicos estavam incluídos, além de professores de primeiras letras, contadores de tesouraria, secretários, porteiros. Essa gente toda tinha propósitos em comum. Elas acreditavam que apoiando os praieiros seria mais fácil ascender socialmente tendo novas oportunidades no mercado escasso de Recife. Além destes trabalhadores, existem registros de negros e índios na revolta, como também pessoas sem uma justificativa concreta¹⁸.

A falta de trabalho era comum em meados do século XIX em Pernambuco. Muita gente sobrevivia de pequenas atividades, biscates, sendo até remunerados com roupa ou comida.

¹⁶ _____ Pág. 235

¹⁷ Segundo Evaldo em dezessete o povo tinha-se armado sem saber para quê e podia ser facilmente dirigido contra os rebeldes. Ver: A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824 / Evaldo Cabral de Mello. —São Paulo: Ed.34, 2004. Pág. 38

¹⁸ Para saber sobre casos de outras pessoas envolvidas na insurreição praieira ler: Figueira de Melo, Jerônimo Martiniano. Autos do inquérito da Revolução Praieira. Brasília, Senado Federal, 1979.



Em geral pessoas de “alto e baixo escalão social” de diversas ocupações se confundiam nas suas reivindicações. Preocupo-me aqui a retratar essas pessoas como grupos sociais. Falar de classes nessa época é no mínimo polêmico. Mesmo que Evaldo já tenha usado o termo *classe* em eventos anteriores à praia, há discordância por boa parte de acadêmicos a esse termo. Outros até concordam e repudiam não usar o termo *classe*, principalmente nos trabalhos de Thompson, contudo os historiadores citados são referenciais teóricos que podem ser trabalhados por diferentes visões tanto no tema praieiro como em outros eventos historiográficos.

E onde Thompson se encaixaria no contexto praieiro? O autor tem trabalhos consagrados sobre a classe operária inglesa na virada do século XVIII para o XIX, relata que os trabalhadores tinham uma identidade e interesses entre si e contra os seus dirigentes¹⁹, características que são semelhantes aos trabalhadores recifenses em meados do século XIX. Esse conceito sobre identidade não pode ser tratado com algo uniforme em atores sociais e/ou forças políticas, isso vai muito mais longe de uma classe de trabalhadores ingleses. A massa de trabalhadores e desempregados em Pernambuco queria trazer para a cena pública questões que eram sempre defasadas, queriam uma nova ação política e muitas vezes não se importavam com o que a imprensa dizia, pois muitos até não sabiam ler.

Em geral, a massa estava preocupada com seu bem estar não com os outros, eram apenas vistos como um agregado de indivíduos separados e anônimos e mesmo assim, homogêneos, um comportamento de massa que seria espontâneo, inato e elementar. Nesse contexto, todos os grupos procuravam maximizar suas vantagens. Cada um aproveitava dos costumes do outro²⁰, e aos poucos as pessoas se conscientizaram de sua participação numa comunidade política comum, que queriam um destino comum, de acabar com a manipulação do comércio europeu e a desigualdade social.

Em suma, a cultura da “massa” comparada com a cultura plebéia de Thompson, não era certamente revolucionária, ela fomentava motins, mas não rebeliões, tentava provocar ações diretas, mas não organizações democráticas²¹. Diferentemente dos ingleses, os recifenses não chegaram a construir uma nova

¹⁹ THOMPSON, Edward P. Costumes em comum – São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Pág. 12

²⁰ _____pág. 90

²¹ _____pág. 57



cultura, seus interesses foram renegados, e ao contrário da Inglaterra, as reivindicações dos brasileiros não tiveram sucesso, não houve uma transição. A complexidade de se estudar o caso dos trabalhadores em meados do século XIX no Brasil não se vai só pela luta e interesse individual, a questão étnica também é importante. Nessa visão os grupos sociais brasileiros são tão difíceis de serem tratados como a classe operária inglesa Thompsiana.

Referências

CARVALHO, Marcus J. M. de. *A GUERRA DE MORAES (A luta dos senhores de engenho na praieira)*. Dissertação de Mestrado em História – UFPE. Recife. 1986;

FIGUEIRA DE MELO, Jerônimo Martiniano. *Autos do inquérito da Revolução Praieira*. Brasília, Senado Federal, 1979;

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum* – São Paulo: Companhia das Letras, 1998;

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824* / Evaldo Cabral de Mello. —São Paulo: Ed.34, 2004.

_____ O [Norte Agrário e o Império](#), - Rio e Janeiro. [Topbooks](#) – 1999.